DOI 10.20504/opus2017a2310

Da perspectiva histórica da epistemologia da educação musical escolar: uma análise sobre os saberes musicais na *Revista da ABEM* e na *OPUS – Revista da ANPPOM*

Thaís Lobosque Aquino (EMAC/UFG)

Resumo: Parte de tese de doutorado voltada à investigação teórica dos saberes musicais nas escolas brasileiras de educação básica (AQUINO, 2016), este artigo dedica-se a examinar a perspectiva histórica da epistemologia da educação musical escolar, por meio de análise de conteúdo em pesquisa bibliográfica (FREIRE, 2010) sobre como os pesquisadores e estudiosos vêm construindo os modos de pensar a educação musical escolar em artigos de dois periódicos representativos do campo, a *Revista da ABEM* e a *OPUS – Revista da ANPPOM*. O estudo também se baseou em entrevistas semiestruturadas (MANZINI, 2004) com os respectivos presidentes da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM). A constatação de que a epistemologia da educação musical escolar esteja enfraquecida nas publicações analisadas, longe de conduzir a posturas conformistas, tem potencial para inspirar a educação musical a uma reflexão viva sobre si mesma, de modo a alavancar o delineamento de pressupostos epistemológicos cada vez mais significativos.

Palavras-chave: Epistemologia da educação musical. Saber musical escolar. Educação básica. Revista da ABEM. OPUS-Revista da ANPPOM.

A Historical Perspective on the Epistemology of K-12 Music Education: An Analysis of Musical Knowledge from the Journals *Revista da ABEM* and ANPPOM's *Revista OPUS*

Abstract: As part of a doctoral thesis based on a theoretical investigation of musical knowledge at Brazilian K-12 schools (AQUINO, 2016), this paper seeks to examine the historical perspective of the epistemology of music education by means of a bibliographical content analysis (FREIRE, 2010) with reference to the role of scholars in building modes of thought on K-12 music education through articles published by two of the most representative journals in the field, the *Revista da ABEM* and ANPPOM's *Revista OPUS* . This study also includes semi-structured interviews (MANZINI, 2004) with the respective presidents of the Brazilian Association of Music Education (ABEM) and the National Association of Research and Post-Graduate Studies in Music (ANPPOM). The finding of epistemological weakness in regards to K-12 music education in the periodicals analyzed, far from leading to a posture of conformity, has the potential to inspire music education towards active self-reflection, in order to leverage the delineation of increasingly significant epistemological postulates.

Keywords: Epistemology of music education; K-12 musical knowledge; K-12 education; Revista da ABEM; OPUS-Revista da ANPPOM.

AQUINO, Thaís Lobosque. Da perspectiva histórica da epistemologia da educação musical escolar: uma análise sobre os saberes musicais na *Revista da ABEM* e na *OPUS – Revista da ANPPOM*. *Opus*, v. 23, n. 1, p. 224-255, abr. 2017.

Submetido em 17/10/2016, aprovado em 06/02/2017.

A consciência das contradições urdidas no processo emancipatório começa com a compreensão da complexidade do momento presente, a qual só pode ser alcançada pela via da elaboração crítica de outros tempos e espaços. Desprovida dessa elaboração, a atividade humana reduzir-se-ia à vivência de instantes alienados, olvidados de memória e de suas vitais relações com processos de desenvolvimento cujo ocaso, além de envolver o passado em penumbra, encobre de névoa a construção de horizontes utópicos para o porvir. Todavia, reelaborar o passado ou projetar criticamente o futuro não necessariamente conduz a um discernimento pleno do aqui agora. Por isso, a importância de um exercício autocrítico que vislumbre a consciência histórica como fenômeno em permanente construção e entrecortado pela incompletude.

Uma perspectiva histórica da epistemologia da educação musical escolar poderia ser forjada de várias maneiras, cada qual com inúmeras alternativas metodológicas. Poder-se-ia pensar em centralizar o foco no processo de institucionalização dos saberes musicais em espaços formais, não formais e/ou informais de ensino, ou, retrospectivamente, em como os movimentos pedagógico-musicais vêm concebendo a epistemologia da área, ou, ainda, de que modo os livros didáticos vêm contemplando os saberes musicais em suas estruturas formais. Esses poucos exemplos, e outros tantos imaginados pelo leitor, servem para ilustrar a multiplicidade de perspectivas possíveis para o delineamento histórico da epistemologia da educação musical escolar brasileira, parte integrante da história da nossa educação musical[1], que, longe de ser uma História, se delineia pela construção de um panorama sistêmico, em que se articulam relatos históricos plurais.

Neste artigo, a perspectiva histórica é abordada pela análise de conteúdo (FREIRE, 2010)[2] dentro de uma pesquisa bibliográfica que abordou como os pesquisadores e estudiosos vêm construindo os modos de pensar a educação musical escolar em artigos publicados nos dois periódicos mais representativos do campo: a *Revista da ABEM* (Associação Brasileira de Educação Musical) e a *OPUS – Revista da ANPPOM* (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música). Para incrementar a discussão, foram realizadas entrevistas semiestruturadas[3] com os respectivos presidentes da ABEM e da ANPPOM[4], associações que têm trajetórias relevantes na difusão do conhecimento em educação musical, através de diferentes tipos de atividades, dentre as quais, as publicações.

[1] Para maior detalhamento sobre possíveis temas que possam constituir as várias histórias da educação musical no Brasil, cf. Souza (2014).

[2] Segundo a autora, a análise de conteúdo é uma estratégia metodológica comumente utilizada na análise documental e pressupõe a preparação, a descrição analítica e a interpretação das informações coletadas com base no referencial teórico utilizado (FREIRE, 2010: 40-42).

[3] Segundo Manzini (2004), a entrevista semiestruturada baseia-se na confecção prévia de um roteiro com perguntas principais apoiadas em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa, complementadas por questões suscitadas no decorrer da realização da entrevista. Em função disso, as informações coletadas emergem de forma mais livre, posto que não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Seu uso favorece a descrição, a explicação e a compreensão do fenômeno investigado em sua totalidade, "[...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações [...]" (MANZINI, 2004: 2).

[4] Para acesso ao conteúdo integral das transcrições autorizadas das entrevistas com o presidente da ABEM, Professor Dr. Luis Ricardo Silva Queiroz e com a (então) presidente da ANPPOM, Professora Dra. Luciana Marta Del-Ben, cf. Aquino (2016: 201-222).

Estudar algo historicamente significa estudá-lo em seu processo de mudança, observando-se o fluxo ativo de seu desenvolvimento: uma análise viva, que reconstrói os momentos de constituição dos fenômenos, revelando suas gêneses, suas essências, suas articulações e suas transformações. Em face disso, o objetivo desta empreitada não é meramente descrever os conteúdos argumentativos dos pesquisadores, intelectuais e professores, proferidos textual ou oralmente, senão revelar as relações e os movimentos subjacentes à construção epistemológica da educação musical escolar no Brasil.

Para Vigotski (1998)[5], qualquer nova abordagem de um problema científico traz consigo a necessidade de novos métodos de investigação. Ao detalhar sua metodologia, evidencia a substituição da análise de objetos pela de processos, sendo a tarefa básica da pesquisa a reconstrução dos diversos momentos de desenvolvimento do fenômeno, desde os estágios iniciais de sua constituição. Segundo o autor russo, a mera descrição seria insuficiente para revelar as relações dinâmico-causais subjacentes ao problema investigado, sendo necessário explicá-lo sob o ponto de vista de seu desenvolvimento, com o desvelar de suas gêneses, suas inter-relações internas e extrínsecas, para só então adentrar-se a sua essência.

Desconfiar do que é aparente e superficial, suspeitar de formas automáticas, mecanizadas e fossilizadas de pensamento são condições para que os fenômenos sejam dimensionados não como produtos prontos e acabados, mas em seu movimento permanente. Afinal, "[...] estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança" (VIGOTSKI, 1998: 86), argumento complementado por Rosa e Andriani (2002):

> Partindo da concepção dialética da realidade, concebe-se que as coisas estão em movimento permanente, de tal modo que conhecer algo implica necessariamente em conhecer suas transformações, seu processo e suas contradições. A proposta é conhecer a essência, mas esta essência é o movimento e é ele que deve ser apreendido: a realidade e o homem estão em um constante processo de movimento, transformação e contradição (ROSA; ANDRIANI, 2002: 277).

Destaque-se que Vigotski (1998) delineou seu caminhar metódico em relação às peculiaridades de seu problema central de pesquisa: o estudo das formas superiores, especificamente humanas, de comportamento. De igual maneira, fizeram Rosa e Andriani (2002) ao sistematizarem metodologicamente uma linha específica da psicologia, denominada por elas de "psicologia sócio-histórica".

A dinâmica de raciocínio utilizada pelos autores mencionados guarda semelhanças com o procedimento sistemático empregado neste trabalho, cumprindo ressalvar que aqueles estabeleceram suas orientações metodológicas conforme as idiossincrasias de seus próprios temas. De tal sorte, este artigo pretende apreender o desenvolvimento, as transformações e as contradições dos modos de pensar a epistemologia da educação musical escolar no Brasil, numa atitude que tenta apreender momentos hesitantes de fixidez em um processo cuja essência está no movimento permanente.

[5] A explicação sobre método está concentrada, especialmente, no capítulo cinco da referida obra. (VIGOTSKI, 1998: 77-99).

O procedimento sistemático, consciente do caráter inconstante do tema, não abandona o compromisso com uma reflexão crítica sobre momentos significativos que vêm (in)definindo a epistemologia da educação musical escolar. Tal procedimento é, ao mesmo tempo, inevitável e parcial. Inevitável, porquanto seria difícil uma análise histórica que se abstenha das etapas de desenvolvimento de um fenômeno. Parcial, uma vez que pode gerar uma univocidade que tende a extirpar o caráter vivo do tema em suas complexas relações na realidade social. Esse paradoxo não conduz necessariamente a uma síntese, embora sugira um estado de vigilância para que as contradições deem sentido a uma análise consciente de seu inacabamento.

Sobre os critérios para seleção e análise dos artigos da *Revista da ABEM* e da *OPUS – Revista da ANPPOM*

A seleção dos periódicos cujos artigos fundamentam a presente análise foi motivo de uma série de ponderações prévias. Primeiramente, manifestou-se a escolha pela *Revista da ABEM* por se constituir no veículo mais popularizado para publicações no campo específico da educação musical desde 1992, ano de lançamento de seu primeiro volume. Na revista são publicados artigos inéditos que versam sobre educação musical, resultantes de pesquisas de cunho teórico, revisões de pesquisas e reflexões críticas sobre experiências pedagógicas nos diversos níveis e contextos de ensino[6].

Paralelamente, a ABEM vem divulgando a revista *Música na Educação Básica* (MEB), centrada em oferecer propostas práticas embasadas em reflexões teóricas aos professores que ensinam música em escolas básicas. O fato de sua primeira edição ser de outubro de 2009, havendo apenas mais seis números até 2015, demonstra que a revista está em estágio inicial de constituição, sendo sua trajetória, até este momento, insuficiente para o reconhecimento das gêneses, do desenvolvimento e das transformações da epistemologia da educação musical escolar. De toda forma, há que se considerar sua relevância em estabelecer um diálogo direto entre ensino de música e educação básica. Em virtude disso, alguns de seus artigos são utilizados nesta pesquisa, entretanto libertos do compromisso de qualquer arranjo procedimental de cunho histórico.

Além das revistas editadas pela ABEM, foram cogitadas publicações de outras duas associações que congregam pesquisadores e professores do campo da educação musical: a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a ANPPOM.

Desde 1995, a ANPEd veicula trimestralmente a *Revista Brasileira de Educação* (RBE) com o objetivo de fazer circular artigos, traduções, documentos, resenhas, notas de leitura, entrevistas e ensaios teóricos ligados à área da educação, resultantes prioritariamente de pesquisas. Muito embora a revista tenha uma trajetória consistente e expressiva, ao empreender uma busca por artigos que versassem sobre educação musical, o esforço mostrou-se vão. Conquanto a MEB contemple a temática da educação musical escolar, ficando a dever em termos de extensão temporal, com a RBE acontece o contrário. Mesmo estando na 62ª edição, há uma carência preocupante de artigos sobre educação musical, um paradoxo que se agiganta quando verificada a

[6] Informações extraídas da página da *Revista da ABEM* no interior do sítio da ABEM na *internet*: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaABEM/index.php/revistaabem>. Acesso em: 10 jun. 2016.

quantidade de educadores musicais que produzem suas pesquisas em cursos de Pós-Graduação em Educação[7].

A ANPPOM[8], por sua vez, publica, desde 1989, a *OPUS – Revista da ANPPOM*, visando divulgar a pluralidade do conhecimento em música, tendo em vista as diversas subáreas que a compõem: musicologia, estética musical, etnomusicologia, musicoterapia, cognição musical, música popular, composição, performance, sonologia, teoria e análise musical, música e mídias, semiótica e educação musical. Com foco na composição de um panorama dos resultados mais representativos da pesquisa em música no Brasil, a revista aborda as subáreas em termos práticos, teóricos, históricos, políticos, culturais e interdisciplinares, encorajando o desenvolvimento de novas perspectivas metodológicas para o campo (OPUS-REVISTA DA ANPPOM).

Registre-se que a escolha pelos artigos que compõem a *Revista da ABEM* e a *OPUS – Revista da ANPPOM* não foi imediata, tampouco livre de antinomias, as quais foram se intensificando no curso da análise de seus conteúdos. Outros periódicos foram descartados, e a faixa de tempo a ser encoberta paulatinamente alargada. Por conseguinte, as revistas são analisadas desde os seus primeiros números, para que sejam compostos alguns cenários acerca dos modos de pensar a educação musical escolar, englobando-se as gêneses das publicações, que são contemporâneas às origens das respectivas associações, e seus desenvolvimentos até os dias atuais. Em suma, são investigados 33 números da *Revista da ABEM*, que abrangem o período de 1992 a 2014, e 28 exemplares da *OPUS – Revista da ANPPOM*, publicados entre 1989 e 2014.

Cumpre enfatizar que não se desconsidera a existência de publicações anteriores à criação das referidas revistas, ocorridas sob a forma de dissertações, teses, livros e textos em anais de eventos acadêmicos[9]. Aliás, a educação musical escolar começou a desenvolver-se no Brasil muito antes das décadas de 1980 e 1990 (AQUINO, 2007. FUCCI-AMATO, 2006, 2012. LOUREIRO, 2003. MARTINS, 1992. MARTINEZ; PEDERIVA, 2013. QUEIROZ, 2012), período do qual datam os primeiros artigos ora analisados. Não é demais lembrar que, no decurso da educação musical brasileira, conscientemente ou não, a qualquer trabalho pedagógico com o ensino de música corresponde um enfoque epistemológico da educação musical.

Contudo, a opção pela análise dos artigos publicados desde o início da circulação da *Revista da ABEM* e da *OPUS – Revista da ANPPOM* ocorreu pela hipótese de que sejam trabalhos com bom nível de sistematização, rigor e aprofundamento, posto que passassem pelo crivo avaliativo de profissionais ligados ao corpo editorial das duas associações, e, portanto, com maior

[7] A título de exemplo, uma busca rápida no banco de teses da CAPES, conjugando a expressão "educação musical" em todos os campos à "educação" no campo "programa", revelou 92 registros. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2015.
Outra informação relevante consta no artigo de Pires e Dalben (2013b). As autoras pesquisam o estado da arte do tema "educação musical nas escolas de educação básica" na produção acadêmica dos cursos brasileiros de pós- graduação *stricto sensu* em diferentes áreas de conhecimento entre 1972 e 2011 e relatam: "[...] dentre as 11 áreas de conhecimento que aparecem no levantamento, a área de educação apresenta o maior número de pesquisas, seis teses e 49 dissertações, totalizando 55 trabalhos. Em seguida, a área de Música reúne quatro teses e 46 dissertações, somando 50 pesquisas." (PIRES; DALBEN, 2013b: 183).

[8] Segundo consta no sítio da associação na *internet*: "A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) foi fundada, em 1988, como sociedade civil sem fins lucrativos, com o intuito de promover e consolidar a pesquisa e a Pós-Graduação em Música no país". Disponível em: <http://www.anppom.com.br/associacao/historico>. Acesso em: 22 set. 2015.

[9] Ressaltem-se as dissertações de mestrado de Bellochio (1994) e Nogueira (1994) dentre as pioneiras no tratamento da educação musical em escolas de educação básica.

probabilidade de discutirem questões intrincadas, como é o caso da epistemologia da educação musical escolar.

Preliminarmente, houve uma busca em elementos pré-textuais – títulos, resumos e palavras-chave – por expressões que pudessem remeter à epistemologia da educação musical escolar, cruzando os dois assuntos principais que compõem o tema: "epistemologia da educação musical" e "educação básica". A intenção era selecionar artigos da *Revista da ABEM* e da *OPUS – Revista da ANPPOM* que colaborassem para o entendimento de como os autores vêm construindo os modos de pensar a educação musical escolar.

A demanda por palavras que servissem de indicadores para a seleção dos artigos fez emergir a necessidade de esclarecer os significados atribuídos à epistemologia que, etimologicamente, remete ao pensar/estudo/discurso (*logos*) sobre o saber/conhecimento/ciência (*episteme*). Numa tentativa conceitual mais apurada, Japiassu (1975) descreve a dificuldade em explicitar seu sentido por constituir-se numa disciplina com estatuto ainda pouco definido. Apesar de parecer um termo antigo, sua criação é recente, à medida que aparece no vocabulário filosófico apenas no século XIX.

Para o autor, a epistemologia trafega na interseção de preocupações e áreas do conhecimento bastante diversas tanto por seus objetivos quanto por seus métodos. É uma disciplina fundamentalmente interdisciplinar que possui vínculos com a filosofia, as teorias do conhecimento, a filosofia das ciências, a história das ciências, a psicologia das ciências e a sociologia do conhecimento, e que tem como exigência um olhar crítico e reflexivo sobre os pressupostos, os resultados, os usos, os lugares, os alcances, os limites e as significações socioculturais dos conhecimentos produzidos pela atividade objetiva do pensamento humano. Segundo Japiassu (1975):

> Ora, hoje em dia, o conhecimento passou a ser considerado como um processo e não como um dado adquirido [de] uma vez por todas. Esta noção de conhecimento foi substituída por outra, que o vê antes de tudo como um processo, como uma história que, aos poucos e incessantemente, fazem-nos captar a realidade a ser conhecida. Devemos falar hoje de conhecimento-processo e não mais de conhecimento-estado. Se nosso conhecimento se apresenta em devir, só conhecemos realmente quando passamos de um conhecimento menor a um conhecimento maior. A tarefa da epistemologia consiste em conhecer este devir e em analisar todas as etapas de sua estruturação, chegando sempre a um conhecimento provisório, jamais acabado ou definitivo. É neste sentido que podemos conceituá-la como essa disciplina cuja função essencial consiste em submeter a prática dos cientistas a uma reflexão que, diferentemente da filosofia clássica do conhecimento, toma por objeto, não mais uma ciência feita, uma ciência verdadeira de que deveríamos estabelecer as condições de possibilidade, de coerência ou os títulos de legitimidade, mas as ciências em vias de se fazerem, em seu processo de gênese, de formação e de estruturação progressiva (JAPIASSU, 1975: 27-28).

A leitura de Japiassu (1975) foi fundamental para explorar alguns caminhos da epistemologia contemporânea, pois sua obra fornece um conjunto de elementos e instrumentos

conceituais para pensar criticamente os processos de gênese, de desenvolvimento, de estruturação e de articulação dos saberes, que seguem redefinindo-se permanentemente. Além disso, ofereceu condições para o paulatino alargamento do leque de expressões indicadoras para a seleção dos artigos das duas revistas cotejadas.

As reflexões do autor, acrescidas das incessantes observações do material de análise, apontaram para a necessidade de se averiguar tanto trabalhos que abordassem precisamente perspectivas epistemológicas sobre o universo da educação básica como aqueles que tangenciassem a temática, seja porque tratavam de aspectos complementares mais amplos ou mais específicos, seja porque abordavam ou a epistemologia da educação musical ou aspectos pedagógico-musicais da educação básica, sem, necessariamente, estabelecer conexão entre ambos.

Explicando mais detidamente: os sucessivos exames dos mais de sessenta números de revistas pesquisadas, ressignificados por leituras e pela nomenclatura utilizada nos próprios artigos, levaram a um paulatino alargamento dos horizontes semânticos e, portanto, dos vocábulos levados em consideração na busca prévia em elementos pré-textuais. Logo, a trajetória da pesquisa foi redefinida no curso da experiência concreta do confronto entre a intenção precedente da pesquisadora, as leituras sobre o tema e sua materialização nas fontes de análise.

Atenção para exemplos que elucidam a variedade de expressões encontradas e que remetem direta ou tangencialmente à epistemologia da educação musical escolar: "ideia de educação musical", "funções e objetivos da aula de música", "discurso na educação musical", "processo de aprendizagem em música", "modelo da educação musical no Brasil", "conhecimento em música", "práticas de ensino e aprendizagem musical", "conhecimento curricular em música", "sentidos da música na escola", "concepções e ações em música", "funções da música na sociedade e na escola", "estrutura, conteúdo e andamento em aula de música", "educação musical: novas ou outras abordagens", "conhecimento pedagógico-musical", "educação musical como ciência", "produção científica em educação musical", "lugar da educação musical", "papel da educação musical na atualidade", "*concépcion de la educación musical*", "olhar sobre o ensino de música", "construção do conhecimento musical", "papel do conhecimento musical cotidiano", "legitimação do conhecimento em música", "desenvolvimentos cognitivo-musicais", "motivação para aprender música na escola", "fundamentos para o ensino de música", "processos de apropriação da música", "produção de conhecimento em educação musical", "valores globais da educação musical", "pressupostos metodológicos", "pensamento musical", "construção e transmissão de significados musicais", "produção de pesquisa em educação musical", "conceitos, funções e valores da educação musical escolar", "dinâmica da transmissão do conhecimento musical", "saber e fazer pedagógico e curricular", "saber pedagógico-musical", além da expressão "epistemologia da educação musical" propriamente dita.

Observem-se os múltiplos significantes que remetem a significados cujo ponto comum é a referência a reflexões epistemológicas, ainda que não estejam vinculados ao universo da educação básica. O aumento da quantidade de expressões indicadoras para a seleção dos artigos conduziu à organização das mesmas em três categorias: (1) expressões que remetem à epistemologia da educação musical diretamente; (2) expressões ligadas à epistemologia da educação musical indiretamente e (3) expressões relacionadas à educação básica.

O fato de conter expressão(ões) da primeira ou da segunda categoria nos elementos pré-textuais foi o critério primário para a leitura integral de cada um dos artigos selecionados. Quer

dizer, o primeiro parâmetro definidor da leitura dos textos estava na presença de expressões que sugerissem direta ou indiretamente uma abordagem epistemológica da educação musical no título, no resumo ou nas palavras-chave dos artigos.

No entanto, eleger apenas esse critério levou a uma ampliação excessiva do universo a ser trabalhado, o que afastaria a pesquisa do seu objetivo central de focalizar como ambiente formativo as escolas de educação básica. Por isso, dois fatores de exclusão foram acrescentados: (1) não seriam contemplados artigos que se voltassem, exclusivamente, aos espaços de ensino não formais ou informais; (2) seriam deixados de lado artigos que tratassem do outro nível da educação escolar, a educação superior, à exceção daqueles nos quais a relação com as escolas de educação básica fosse explicitada.

Mesmo com a clareza desses critérios, é preciso informar: alguns artigos que não mencionaram as escolas de educação básica foram incluídos na análise, seja porque não deixavam claro de que ambiente e nível de ensino tratavam, seja porque, de alguma forma, forneciam contribuições para a discussão epistemológica da educação musical escolar.

Abramos parêntesis para relatar algumas dificuldades de ordem técnica. Até o número 4, a *Revista da ABEM* não traz resumos ou palavras-chave. A partir da revista 5 surgem resumos, mas é só com a revista número 8, de março de 2003, que aparecem títulos, resumos e palavras-chave. Com a *OPUS – Revista da ANPPOM* ocorre algo similar: até o número 4, inexistem resumos e palavras-chave; a partir da revista 5, existem resumos, porém é com a revista 9, de dezembro de 2003, que despontam todos os elementos pré-textuais. Posto isso, nos números iniciais de ambas as revistas, a seleção dos artigos aconteceu tão somente pelas expressões ou sentidos sugeridos por seus títulos, decisão tomada para contemplá-las desde suas origens, permitindo acompanhar faixas mais amplas de seus desenvolvimentos.

Entrementes, há que se considerar que, em seus primórdios, tanto a *Revista da ABEM* quanto a *OPUS – Revista da ANPPOM* não possuíam fluxo contínuo.

O primeiro número da *Revista da ABEM* data de maio de 1992, o segundo aparece após três anos, em junho de 1995, o terceiro em junho de 1996, o quarto em setembro de 1997 e o quinto apenas em setembro de 2000, havendo, nesse último intervalo, como se nota, um hiato de três anos. Na sequência, a revista foi publicada anualmente até 2003, quando passa a ser semestral, conforme acontece até os dias de hoje.

Com a *OPUS – Revista da ANPPOM* ocorreu algo parecido. O primeiro volume data de dezembro de 1989, o segundo de junho de 1990, o terceiro de setembro de 1991 e o quarto de agosto de 1997, após seis anos de pausa. A partir do número 5, de agosto de 1998, a tiragem passou a ser anual. Em 2001, não houve publicação. Com exceção desse ano, a revista seguiu sendo editada anualmente até 2007, quando passou a ser semestral e seriada.

Há, pois, que assinalar a inconstância das publicações no momento em que se estiveram constituindo, especialmente na década de 1990. Essa inconstância é sintomática das múltiplas dificuldades que tanto a ABEM quanto a ANPPOM enfrentaram para conseguir que suas publicações tivessem periodicidade garantida. Em vista disso, percebe-se que o processo de

constituição e consolidação das revistas foi gradual, tornando-se mais sistemático no decorrer dos anos 2000[10].

Na posse dessas informações, resta esclarecer que foram selecionados 102 artigos dos 33 números da *Revista da ABEM* e 17 dos 28 exemplares da *OPUS – Revista da ANPPOM*. À medida que eram selecionados, os artigos eram agrupados em duas categorias: (1) artigos que pareciam ter relação óbvia com a temática por conjugarem "epistemologia da educação musical" e "educação básica"; (2) artigos que se relacionavam com a temática, embora focalizassem assuntos mais específicos, sem necessariamente estabelecer conexões diretas entre "epistemologia da educação musical" e "educação básica".

Registre-se que os dois agrupamentos foram definidos pela intensidade de aproximação entre o artigo e o que era percebido como essencial ao tema, compondo um campo analítico de relações qualitativamente diferentes e móveis. Não raro, após a leitura integral, certo artigo, que parecia adequar-se ao primeiro agrupamento, era reposicionado para o segundo e vice-versa.

Inicialmente, essa organização teve pretensões à fixidez, de modo a formar tabelas que auxiliassem na sistematização dos dados empíricos coletados. Todavia, conforme os artigos, principalmente aqueles com conteúdos imprecisos, resistiam à conservação num *lócus* específico, foram sendo delineados campos de tensão. Pensando em termos imagéticos, cada artigo representa um ponto potencial que estabelece relações multidirecionadas e diversificadas com artigos do seu agrupamento, com artigos do outro agrupamento, com as entrevistas realizadas com os presidentes das duas associações e com o que é apreendido como essencial ao tema em movimento.

Enfim, a intenção é formar um mosaico histórico com constatações, ideias e reflexões com potencial explicativo gerador de uma coerência que se mantém solidária a instâncias lacunares. Afinal, a soma dos conteúdos dos artigos e das entrevistas não gera uma totalidade absoluta, senão um campo de tensão que revela as ambiguidades do desenvolvimento dos modos de pensar o complexo tema da epistemologia da educação musical escolar.

A epistemologia da educação musical escolar nos primeiros números da *Revista da ABEM* e da *OPUS – Revista da ANPPOM*

Nos primeiros números da *Revista da ABEM*, publicados na década de 1990, podem-se reconhecer tentativas embrionárias em esboçar aspectos epistemológicos da educação musical, ora por meio de abordagens históricas da educação musical no Brasil (MARTINS, 1992. SOUZA, 1992), ora pelo mapeamento dos modelos brasileiros de educação musical (NOGUEIRA, 1997), ora através de perspectivas psicológicas que abordavam as influências dos desenvolvimentos cognitivo-musicais em processos de educação musical (BEYER, 1995, 1996), ora através de proposições metodológicas para o ensino de música nos currículos escolares (BARBOSA, 1996.

[10] Vale destacar que os trinta e três números da Revista da ABEM estão disponibilizados na página da revista no interior do sítio da ABEM na *internet:* <http://www.ABEMeducacaomusical.com.br/revistas/revistaABEM/index.php/revistaABEM/issue/archive>. Acesso em: 14 jul. 2016.
Da mesma forma, os vinte e oito números da *OPUS – Revista da ANPPOM* estão disponibilizados na página da revista no interior do sítio da ANPPOM na *internet:* <http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus>. Acesso em: 14 jul. 2016.

SANTIAGO; NASCIMENTO, 1996), ora pela via do delineamento de uma sociologia da educação musical (GREEN, 1997), ora tratando de assuntos mais específicos relacionados aos processos de aprendizagem em música (MARTINS, 1995).

Existem discussões iniciais sobre a natureza e as especificidades do "conhecimento musical", através de uma elaboração crítica das contribuições da psicologia cognitiva, da psicologia da música, da etnomusicologia e da educação musical. Luedy (1997) problematiza o conceito de "música" dimensionando-o como expressão subjetiva e fenômeno cultural, e faz uma crítica contundente ao parco aprofundamento das questões relativas aos processos cognitivos de aprendizagem, já que mesmo os psicólogos da música têm mantido uma visão estrita de desenvolvimento. Com base nisso, traça uma visão geral dos principais tópicos que afetam as maneiras como o conhecimento em música é visto, apesar de não delimitar sobre qual contexto educacional está a tratar.

O universo da educação básica vai aparecendo nos artigos gradativamente. Pires e Dalben (2013a) mapeiam o estado da arte do tema "música na educação básica" na produção da *Revista da ABEM* entre 1992 e 2011. Segundo as autoras, no primeiro ano, em 1992, aparece um artigo e, nas duas publicações subsequentes, de 1995 e 1996, a produção dobra para dois artigos em cada número, apresentando, no entanto, um silenciamento entre os anos de 1997 e 2000. No primeiro número da revista há menção à escola normal pública (FUKS, 1992) que, por sua vez, está relacionada ao processo de formação de professores. Na revista seguinte, Fuks (1995) alerta para a necessidade do comprometimento social com os diversos níveis do sistema educacional e traz à tona algo curioso:

> Além das inúmeras abordagens e enfoques pelos quais se analisa o ensino musical, existem, também, pontos polêmicos como, por exemplo, o fato de se considerar, ou não, como integrantes da educação musical as práticas metodológico-musicais adotadas por nossas escolas de primeiro e segundo graus (FUKS, 1995: 28).

Essa afirmativa revela a marginalização da educação básica nas discussões iniciais sobre o ensino de música, o que é reforçado pela inexistência de análises sobre o processo de elaboração, tramitação e aprovação da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996). As controvérsias relacionadas à LDB passaram ao largo dos artigos publicados pela revista na década de 1990, sugerindo um envolvimento incipiente da ABEM no que tange à consolidação das políticas educacionais do período (CAMPOS, 2006). Contudo, essa possibilidade interpretativa não invalida o fato de terem ocorrido debates sobre a implementação da LDB em eventos que congregaram os diversos profissionais do campo, incluindo os encontros anuais da ABEM[11]. De todo modo, a inexistência de reflexões sobre a lei não deixa de ser sintomática da pequena penetração do universo da educação básica nos primórdios da publicação.

[11] O primeiro Encontro Anual da ABEM aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1992. Seguiram-se encontros anuais em diversas cidades brasileiras até 2011, quando se tornaram bienais. Em 2009, houve a mudança da nomenclatura Encontro Anual da ABEM para Congresso Anual da ABEM, expressão que perdurou até o último evento, que ocorreu em 2015, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

Nos números iniciais da *OPUS – Revista da ANPPOM*, notam-se tentativas esparsas em tratar assuntos relacionados à educação musical, tendo em vista que esses dividem espaço com as diversas subáreas da música: musicologia, etnomusicologia, estética musical, perfomance, semiótica, cognição musical, música popular, folclore, composição e semiótica. Essa já é uma diferença importante com relação à *Revista da ABEM*, cujo foco está na educação musical em suas múltiplas manifestações, tempos e espaços.

Apenas os três primeiros dos seis volumes da *OPUS – Revista da ANPPOM* publicados na década de noventa contêm artigos que mencionam a educação musical mais diretamente. São debatidos assuntos tais como: a dicotomia entre o pensar e o sentir nos processos de ensino e aprendizagem (MÁRSICO, 1989); o pouco interesse dos educadores musicais sobre assuntos relacionados aos modos de funcionamento do cérebro, reduzindo a aprendizagem musical a mero condicionamento (MARTINS, 1989); os processos de transmissão, assimilação e construção dos significados musicais (CAUDURO, 1991. MARTINS, 1990, 1991) e propostas metodológicas para o ensino de música em projetos para crianças carentes (OLIVEIRA, 1991) e na pré-escola alemã (SOUZA, 1991).

Conforme se percebe, por dividir espaço com outras subáreas da música, a educação musical se encontra diluída nas discussões dos números iniciais da *OPUS – Revista da ANPPOM*, sendo raros e pouco significativos os momentos de reflexões epistemológicas sobre aspectos do binômio ensino e aprendizagem musical. O universo da educação básica no Brasil ainda não é citado, alimentando a ideia de que as escolas regulares ocuparam, durante um longo tempo, posição desprestigiada nas reflexões dos intelectuais do campo. Uma possível explicação para isso tem a ver com a própria trajetória de muitos profissionais em escolas de música especializadas, o que vem gerando certo descompromisso tanto com a atuação prática quanto com a elaboração teórica da educação básica.

Em suas origens, já é possível averiguar semelhanças e discrepâncias entre as duas revistas analisadas. Tanto a *Revista da ABEM* quanto a *OPUS – Revista da ANPPOM* têm em suas gêneses momentos de instabilidades expressos pela inconstância da periodicidade de seus primeiros números. É possível notar em ambas certa pulverização de temáticas, de abordagens metodológicas e, ainda, uma incipiência com relação a discussões epistemológicas voltadas a compreender o quê e o para quê da educação musical em escolas de educação básica. Os artigos de ambas as revistas publicados na década de 1990 deixam de centralizar a questão do ensino de música nas escolas regulares num sentido muito fundamental, ou seja, deixam de problematizar o saber musical escolar, elemento-chave do trabalho pedagógico com a música nas escolas de educação básica.

Essas semelhanças podem tornar-se diferenças quando se analisa a intensidade com que aparecem em cada uma das revistas. É evidente o maior engajamento dos artigos da *Revista da ABEM* com relação à educação musical, sendo que alguns deles, mesmo que timidamente, referem-se ao contexto da educação básica. Também há nos artigos indicações rudimentares sobre a epistemologia da educação musical escolar, seja pelo tratamento das especificidades do conhecimento em música, seja pela abordagem de suas múltiplas dimensões e relações com outros campos do conhecimento. Na *OPUS – Revista da ANPPOM*, verifica-se um espaço limitado para a educação musical, havendo um ocaso em relação à educação básica e à discussão sobre saberes musicais escolares. É possível que isso ocorra por diversos motivos, dentre os quais o

escopo da revista, mais amplo, destinado a abordar a pluralidade do conhecimento em música, considerando seus múltiplos aspectos, suas diversas subáreas e o desenvolvimento de novas perspectivas metodológicas para o campo. Não obstante, se o objetivo da revista é tratar do conhecimento musical, sobretudo dentro das produções dos diversos programas de Pós-Graduação em Música, o debate sobre o saber musical escolar seria, no mínimo, salutar.

A epistemologia da educação musical escolar nos primórdios dos anos 2000 na *Revista da ABEM* e na *OPUS – Revista da ANPPOM*

Entre o início dos anos 2000 até o ano de 2008, quando é aprovada a Lei nº 11.769/2008[12], há um crescimento expressivo na quantidade de artigos publicados pela *Revista da ABEM*. A revista tem periodicidade anual e contínua até 2003, quando passa a ser veiculada semestralmente, contando com um número especial, em outubro de 2007, com os textos dos convidados do XVI Encontro Nacional da ABEM e Congresso da International Society for Music Education (ISME) na América Latina, que aconteceu em outubro de 2007, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

No período, a revista publica vários artigos com potencial para compor o campo de tensões da epistemologia da educação musical escolar, estando ora mais próximos do seu núcleo, ora em posições mais remotas e, por isso, formando um arranjo que promete, pela via do estabelecimento de relações qualitativamente díspares e maleáveis, a compreensão do tema em movimento.

Entre o número 5 e o número 20 da revista, os assuntos se multiplicam vertiginosamente, havendo continuidades e rupturas com relação àqueles temas abordados ao longo da década de 1990. Há olhares antropológicos e etnográficos sobre práticas de ensino e aprendizagem musical em contextos culturalmente diversos, numa visão ampla de educação musical como campo de conhecimento acadêmico-científico e prática escolar (ARROYO, 2000, 2005), perspectivas críticas que relacionam cultura, educação musical e processos de ensino e aprendizagem em música (FREIRE, 2001. QUEIROZ, 2004), por vezes fundamentadas nas contribuições do multiculturalismo (LAZZARIN, 2006, 2008. PENNA, 2005, 2006). Ao lado dessas reflexões, tem-se, ainda, uma análise sobre o impacto da diversidade cultural na renovação das teorias e metodologias da educação musical (SOUZA, 2007b).

Existem artigos que refletem sobre a interconexão entre aspectos sociais, políticos e econômicos em âmbitos regionais e globais, e questões educacionais, culturais e pedagógico-musicais mais específicas (LIMA, 2002. SANTOS, 2005), além de estudos sobre política educacional para a educação básica e o ensino de música, por intermédio da análise de documentos da legislação educacional e/ou por meio da problematização da operacionalização dos textos legais (ARROYO, 2004. FERNANDES, 2004. PENNA, 2004a, 2004b, 2008. SOBREIRA, 2008).

Outra considerável quantidade de estudos nesse período é assentada em abordagens do campo do currículo que relacionam cultura e conhecimento curricular, apontando a necessidade

[12] Embora se considere a recente aprovação da Lei nº 13.278/2016 (BRASIL, 2016a), que revogou a Lei nº 11.769/2008 (BRASIL, 2008), é preciso levar em conta a importância desta última em impulsionar diversos rearranjos no campo da educação musical desde sua promulgação em 2008.

de se romper com paradigmas conservadores para o ensino da música, que negligenciam as questões das diferenças (CORAZZA, 2005. KLEBER, 2003. LUEDY, 2006. RIBEIRO, 2000, 2003. RAMALHO, 2003); também, foi possível identificar um texto singular sobre os problemas pedagógicos, políticos e práticos da educação musical nos Estados Unidos, propondo uma autocrítica da pedagogia crítica para pensar uma educação musical dialógica, rizomática e que rompa com a mera aplicação dos processos tradicionais (BENEDICT; SCHMIDT, 2008).

Notam-se reflexões sobre o que vem sendo valorizado no processo educativo-musical em escolas básicas, com constatações relacionadas tanto ao descompromisso histórico da área de educação musical com o ensino em escolas regulares (PENNA, 2002, 2003) quanto com a acentuada desarticulação entre o "falar sobre música" e o "fazer musical", que vem gerando práticas de ensino de música inadequadas, em desarmonia com a realidade do aluno e dissonantes com o contexto sociocultural brasileiro (LOUREIRO, 2004). Sublinhem-se artigos que revelam a situação do ensino de música em determinados níveis da educação básica em municípios específicos (ANDRAUS, 2008. PENNA, 2002).

Frequentemente, são apresentadas propostas metodológicas para o ensino de música (ABRAHAMS, 2005. FRANÇA, 2001, 2006, 2007. MILLS, 2007), analisando-se, por exemplo, concepções que fundamentam o uso de materiais didáticos por educadores musicais em turmas do ensino fundamental (OLIVEIRA, 2007). Também há um movimento precursor direcionado a pensar as aulas de música em escolas regulares[13] (SOUZA, 2004), inclusive mediante o detalhamento das estruturas, dos conteúdos e dos andamentos de aulas, que servem de base para ponderar questões sobre o teor da educação musical nas escolas regulares (RUSSELL, 2005).

As pesquisas sobre cognição musical continuam presentes (ILARI, 2002, 2003), muitas vezes fundamentadas em categorias da epistemologia genética piagetiana (DECKERT, 2008. KEBACH, 2007). Surge uma revisão de temas relacionados à educação musical formal nas escolas básicas do país (ÁLVARES, 2005) e um levantamento sobre os focos dos trabalhos publicados nos últimos cinco encontros anuais da ABEM, visando apontar projetos e ações conjuntas para o incremento de perspectivas tecnológicas da educação musical (NAVEDA, 2006). Outro artigo aborda o processo de espetacularização das práticas musicais escolares nas últimas décadas, que vem privando os alunos de experiências verdadeiramente musicais (CAMPOS, 2005).

Salta aos olhos, nesse recorte de tempo, uma crescente quantidade de estudos que discutem os sentidos, os papéis, as concepções e as funções da música nas escolas regulares, através das visões dos diversos sujeitos envolvidos com a educação musical escolar, comumente utilizando procedimentos empíricos (BENEDETTI; KERR, 2008. DEL-BEN; HENTSCHKE, 2002. DUARTE; MAZZOTTI, 2002, 2006. ESTRADA, 2007. FONTERRADA, 2007. HUMMES, 2004. PELLANDA, 2004. WILLE, 2005).

Explorando campos mais afeitos à epistemologia, chamaram atenção considerações sobre os conceitos de "conhecimento pedagógico-musical" (SOUZA, 2006) e "saber pedagógico-musical" (KLEBER, 2006), instigadas pela penetração no Brasil do texto de Kraemer (2000). Para o autor alemão, que inspirou os referidos trabalhos, o "conhecimento pedagógico-musical" está no cruzamento de ideias pedagógicas marcadas pelas ciências humanas, orientadas pela cultura musical e ideias estético-musicais. Suas múltiplas dimensões e funções contribuem para a

[13] No campo da educação musical, a expressão "escola regular" é tomada como sinônimo de "escola de educação básica".

elaboração de uma "pedagogia musical", entendida como ciência ou área do conhecimento com especificidades que a destacam e a entrelaçam com outras disciplinas (KRAEMER, 2000).

A propósito, na revista número 16, é digno de nota um artigo especialmente voltado para a concepção da educação musical como ciência (SOUZA, 2007a): é a primeira vez que a expressão "epistemologia" aparece em elementos pré-textuais da revista, especificamente nas palavras-chave. No artigo, a autora defende que as pesquisas em educação musical precisam de uma teoria articulada com outras áreas do conhecimento, porém sem perder o foco da pedagogia musical e arremata: "[...] por isso as discussões sobre o objeto de estudo da área, a natureza do conhecimento pedagógico-musical e suas inter-relações com outras áreas do conhecimento são tão relevantes." (SOUZA, 2007a: 30).

Na mesma revista, encontra-se uma análise sobre os impactos da produção científica da área de educação musical nas políticas e práticas educacionais, argumentando-se a necessidade de pesquisas que aliem rigor científico e relevância social (DEL-BEN, 2007).

Não se pode dizer que inexistam artigos anteriores que articulem pesquisa e educação musical, mas pode-se afirmar que, de modo geral, tais artigos estavam voltados, sobretudo, para a temática da formação de professores. Sobre isso, Del-Ben (2013) demonstra que, nos artigos voltados à educação musical escolar presentes nas revistas da ABEM entre 2000-2010, há uma predominância da discussão sobre formação de professores, chegando a somar 70% do total de artigos investigados. A autora aponta como provável causa dessa predominância o fato de muitos dos pesquisadores, que estudam ou investigam a educação musical escolar, serem formadores de professores (DEL-BEN, 2013: 133).

Ao comparar os artigos da *Revista da ABEM* que tratam direta ou tangencialmente da epistemologia da educação musical escolar, publicados de 2000 a 2008 e aqueles da década de 1990, foi possível notar discrepâncias e afinidades. Entre 2000 e 2008 os assuntos vão se pulverizando e tanto as metodologias quanto os referenciais analíticos diversificando-se. Existem análises históricas, políticas, filosóficas, sociológicas, antropológicas, etnográficas, psicológicas, pedagógicas, didáticas e metodológicas que buscam promover o diálogo dos aspectos mais específicos e imanentes da educação musical com contribuições de outros campos do conhecimento.

A educação musical escolar vai se alimentando de perspectivas tão variadas que, não raro, torna-se indefinida. Tal é a quantidade de abordagens preocupadas com visões plurais sobre o fenômeno pedagógico-musical escolar que são abandonadas as tentativas de se discutir as categorias fundantes do próprio campo, ou melhor, de promover reflexões consistentes sobre temas essenciais como a epistemologia da educação musical escolar. Em muitos artigos, há chamamentos para a necessidade de se pensar a área em termos de conteúdos, metodologias e objetivos, porém sem um enfrentamento substancioso e continuado desses assuntos.

As reflexões epistemológicas estão dissolvidas nos artigos investigados, aparecendo sob a forma de esparsas inquietações que não chegam a avivar pensamentos consistentes sobre o assunto. Evidentemente, não se defende um giro autocentrado para ponderar o campo apenas por ele mesmo, abandonando a interlocução com outros campos do saber e com referenciais bibliográficos plurais. Todavia, seria interessante que esse diálogo estimulasse a tensão entre pluralidade e unidade, e contribuísse para que as conexões delineassem bases epistemológicas mais explícitas para a educação musical escolar.

Outra constatação diz respeito ao forte apelo procedimental de certo número de artigos, voltados para a explicitação de metodologias consideradas mais adequadas para a prática da educação musical nos contextos escolares. Essa polarização em torno de aspectos metodológicos é reiterada pelo presidente da ABEM em uma longa e esclarecedora fala de sua entrevista:

> O reflexo da revista, da produção da ABEM, de que nós estamos trabalhando fundamentalmente com questões de ordem prática e pragmática, está relacionado com o fato de a associação durante muito tempo não assumir o periódico como científico. Então, era um periódico que a gente não sabia se era destinado ao professor de música para melhorar sua prática, aos pesquisadores para que pudessem fazer pesquisas melhores, ou aos sujeitos que pensam e concebem a área para que pudessem, no plano das ideias, trabalhar com novas definições.
>
> Consequentemente, o debate epistemológico foi o mais esvaziado neste período de produção da Revista da ABEM. Isso é um reflexo das buscas que nós estabelecemos nos anos de 1990 e que, de alguma forma, ganharam dimensões fortes neste início do século XXI, a partir dos anos 2000, que era responder questões de ordem prática. Daí, problematizo o que deve ser trabalhado na escola, como deve ser trabalhado na escola, mas pouco problematizo por que, de fato, trabalhar música na escola, a partir de qual panorama de música.
>
> Acho que uma primeira definição que fica muito clara quando olho para a nossa literatura é que nós estamos usando conceitos diferentes para falar de coisas que a gente acha que são as mesmas. Ou seja, o conceito de 'música' não é um conceito pronto e acabado e compartilhado por todos, assim como o conceito de 'educação musical'. Mas esse debate foi pouco feito na revista e quando é realizado, geralmente, importa dados de autores do exterior. Muitas vezes, a gente vai perceber poucas reflexões voltando aos conceitos de origem (QUEIROZ, 2014).

A fala do presidente contextualiza a ideia ora defendida de que os artigos das revistas da ABEM, publicados entre 2000 e 2008, têm um ponto de convergência em torno de perspectivas de fundo metodológico. Também apoia a constatação de que os artigos continuam deixando de lado elaborações reflexivas que debatam frontalmente questões relacionadas à epistemologia da educação musical escolar. Os saberes sob os quais se alicerçam as práticas pedagógico-musicais nas salas de aula das escolas brasileiras permanecem ao largo das discussões, invisibilizados por tentativas, aparentemente mais imediatas, de oferecer nortes procedimentais para os professores de música atuantes nas escolas de educação básica.

Além da predominância de um viés metodológico, as revistas publicadas entre os anos 2000 e 2008 tratam de modo diversificado, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, dos múltiplos aspectos da educação musical escolar. Sem dúvida, é possível apontar um crescimento de reflexões sobre o tema, seja abordando-o em conexão com contribuições de outros campos do conhecimento, seja pela busca de seus sentidos, funções e objetivos, seja por tentativas de elevá-lo a um patamar científico, por meio de pesquisas paulatinamente mais rigorosas. A discussão cresce numericamente com abordagens cada vez mais plurais, mas

permanece tangenciando planos conceituais capazes de estruturar epistemologicamente a educação musical escolar.

É interessante perceber que o discurso em prol da cientificidade da educação musical vai ganhando força junto com o processo que culminou na aprovação da Lei nº 11.769/2008. Talvez seja uma tentativa de demonstrar que a área seja tão científica quanto os demais componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[14]. Agora, será que o caminho para o reconhecimento das funções e valores da educação musical demanda uma visão cientificista da música? É pelo enquadramento dos modos de operar musicais nos procedimentos científicos que se fortalecerá a educação musical nas escolas básicas brasileiras?

Os questionamentos podem seguir outro rumo: será que essa cientificidade não estaria associada à descoberta de que é preciso sustentar as discussões da área de educação musical em estudos fundamentados cientificamente? As múltiplas hipóteses aventadas culminam numa questão sobre a qual precisamos nos debruçar: afinal, quais seriam os diálogos possíveis entre ciência e música para que ambas fortaleçam suas bases pela interação mútua?

Diferentemente dos artigos publicados nos anos 1990, a discussão sobre legislação educacional, incluindo o transcurso que culminou com a aprovação da Lei nº 11.769/2008, aparece tanto de forma diluída como na qualidade de tema central nos artigos publicados entre 2000 e 2008. Distintamente dos anos 1990, o universo da educação básica passa, nesse outro período, a possuir expressivo peso numérico.

Segundo Pires e Dalben (2013a), o tema educação musical nas escolas de educação básica aparece em 47 artigos entre a revista nº 5, de setembro de 2000, e a de nº 20, de setembro de 2008. Del-Ben (2013) menciona a existência de 61 artigos sobre educação musical escolar na mesma faixa de tempo. O descompasso estatístico pode dever-se ao fato de Del-Ben (2013) tomar a educação musical escolar como objeto de estudo não apenas central, mas também periférico, nas fontes analisadas. De todo modo, os números demonstram o vultoso crescimento quantitativo de artigos preocupados com as práticas pedagógico-musicais na educação básica.

Tanto a temática da educação musical quanto o contexto da educação básica permanecem marginalizados nas revistas OPUS publicadas entre 2000 e 2008, a despeito de todo o movimento para a aprovação da Lei nº 11.769/2008. A partir dos anos 2000, a *OPUS – Revista da ANPPOM* foi publicada anualmente até 2006, em meses variados, exceto em 2001, quando não houve tiragem, e vem sendo publicada semestralmente, em junho e dezembro, desde 2007. Entre 2000 e 2008, foram selecionados somente cinco artigos com potencial para compor o opaco campo de tensões da epistemologia da educação musical escolar esboçado pela revista.

Em ordem cronológica, o primeiro deles foi publicado no volume 8, de fevereiro de 2002, e revela como as concepções e ações de três professoras do ensino fundamental são construídas e configuram suas práticas pedagógico-musicais escolares (DEL-BEN, 2002). No

[14] A BNCC, cuja segunda versão revista foi publicada pelo Ministério da Educação (MEC) em abril de 2016 (BRASIL, 2016b), apresenta os seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, língua estrangeira moderna, arte e educação física, que compõem a área de linguagens; matemática na área da matemática; ciências, física, química e biologia, na área de ciências da natureza; história, geografia, sociologia e filosofia na área de ciências humanas; além da área de ensino religioso.

volume 9, de dezembro de 2003, há um artigo que trata da produção, da difusão e da apropriação da pesquisa em educação musical no Brasil (BELLOCHIO, 2003). No mesmo volume, Santos (2003) fez um balanço da produção de conhecimento em educação musical no Brasil e, ao final, apresentou demandas e perspectivas que se desdobravam para a área.

Nem o volume de 2004 nem o de 2005 trazem artigos que abordem diretamente a educação musical escolar. Já em 2006, foi encontrada uma breve retrospectiva histórica da educação musical nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil, sendo o ensino nesses níveis percebido como um desafio interinstitucional, que envolve a ação conjunta entre Estado, escolas, profissionais da área, pesquisadores, professores e entidades que congreguem tais agentes (FUCCI-AMATO, 2006). Em 2007, na revista número 1 do volume 13, aparece um artigo que aborda a temática do trabalho corporal nos processos de sensibilização musical (LIMA; RÜGER, 2007).

Os três números subsequentes publicados em dezembro de 2007 e em junho e dezembro de 2008 contêm poucos artigos relacionados à educação musical, nenhum voltado para o contexto da educação básica. Algo alarmante, principalmente se ampliarmos a análise para o contexto político de grande mobilização do campo da música para a discussão da aprovação e da operacionalização da música nas escolas de educação básica, mobilizada pela campanha "Quero educação musical nas escolas", que culminou na homologação da Lei nº 11.769/2008.

As discrepâncias entre as revistas OPUS e as revistas da ABEM publicadas entre 2000 e 2008 vão se acirrando. Nas revistas da ABEM, percebe-se uma multiplicação de abordagens sobre educação musical, um crescimento numérico de artigos que contemplam o universo da educação básica e discussões, ainda tangenciais, que podem vir a engatilhar reflexões sobre a epistemologia da educação musical escolar. Já na *OPUS – Revista da ANPPOM*, são de mínima expressão as reflexões de cunho epistemológico sobre a educação musical, especialmente na educação básica. Tais discrepâncias vão delineando as feições precípuas de cada uma das publicações e descrevendo o movimento, que não necessariamente potencializa, mas, frequentemente, dissolve o campo de tensões da epistemologia da educação musical escolar.

A epistemologia da educação musical escolar após a aprovação da Lei nº 11.769/2008 na *Revista da ABEM* e na *OPUS – Revista da ANPPOM*

Nos anos seguintes à aprovação da Lei nº 11.769/2008, a *Revista da ABEM* segue sendo editada semestralmente, havendo um número especial em 2012 em comemoração aos vinte anos ininterruptos da associação. As revistas de número 21 a 33 seguem com o objetivo de divulgar a pluralidade do conhecimento em educação musical, por meio de análises cada vez mais pautadas em critérios de cientificidade. A revista MEB é lançada em 2009 com a intenção de oferecer propostas, alicerçadas em problemas práticos e embasadas teoricamente, para ampliar as possibilidades de atuação dos professores de música na educação básica. Logo, foi se constituindo em canal privilegiado para a veiculação de perspectivas metodológicas da educação musical escolar, fazendo com que a *Revista da ABEM* fosse se assumindo, de mais a mais, como espaço para a popularização de pesquisas pautadas em reflexões teóricas, sem abandonar o compromisso com as práticas pedagógicas. Nas palavras de Queiroz:

> A entrada da revista MEB, a partir de 2009, flexibilizou muito a produção de um periódico científico da ABEM, ou seja, permitiu que a Revista da ABEM se assumisse como científico, sem tirar dele o diálogo com a prática pedagógica. A MEB criou outro lugar para que essa prática, principalmente vinculada à escola de educação básica, fosse expressa.
> Então, possibilitou que a associação lidasse de forma tranquila com esse duplo papel que sempre assumiu: é uma associação de educadores que pensam a ação pedagógica, e que não quer deixar de pensar, e é uma associação de pesquisadores, entendendo que uma coisa não se separa da outra (QUEIROZ, 2014).

Essa reorientação dos rumos da *Revista da ABEM* conduz à hipótese de que estaria acontecendo um incremento de categorias conceituais que fundamentariam modos mais sistematizados de pensar a educação musical escolar. Tal hipótese pode ser colocada à prova pela análise dos artigos publicados nas revistas entre os anos de 2009 e 2014.

Primeiramente, é possível confirmar a continuidade do movimento em direção à pulverização de assuntos e abordagens da educação musical, bem como tentativas multidirecionadas para o estabelecimento de interlocuções entre música e outros campos do saber.

É o que ocorre, por exemplo, em Brito (2009), que propõe uma "educação musical menor" ou "educação musical do pensamento" para crianças pelo cruzamento entre arte, filosofia e ciência. Por sua vez, Gainza (2011) analisa a educação musical no século XXI sob três enfoques – histórico, pedagógico e político – e aponta a necessidade de reflexões e ações que resgatem a educação musical em sua dimensão ativa, capaz de influir integralmente na pessoa humana em seus aspectos sensoriais, afetivos, intelectuais e sociais.

Schroeder (2009) aborda a música como uma forma de linguagem cujo ensino deveria privilegiar o sentido estético integral, e Esperidião e Mrech (2009) apostam em articulações entre psicanálise e educação musical para possíveis encaminhamentos para as aulas de música nas escolas em decorrência da aprovação da Lei nº 11.769/2008. Há estudos de fundamentação psicológica, analisando especificamente a interferência do professor na aprendizagem dos alunos (BARBOSA; FRANÇA, 2009), ou, ainda, os processos de apropriação da música por crianças em escolas de educação infantil, tendo por base a concepção vigotskiana de desenvolvimento (SCHROEDER; SCHROEDER, 2011).

Também é levada a cabo uma discussão de cunho político com o intuito de que os educadores musicais desenvolvam compreensões mais politizadas sobre a própria profissão e sobre suas práticas educativas (SCHMIDT, 2011). Seguem aparecendo investigações históricas acerca da música nas escolas de educação básica no Brasil, seja focalizando a trajetória do ensino de música no âmbito da legislação nacional (MARTINEZ; PEDERIVA, 2013. QUEIROZ, 2012), seja demonstrando a pluralidade de olhares que podem constituir várias histórias da educação musical (SOUZA, 2014).

As reflexões pedagógicas emergem na discussão sobre a motivação para aprender música na escola (PIZZATO; HENTSCHKE, 2010) e sobre avaliação em música em escolas regulares

(FRANÇA, 2010). São evidentes também em análises que realizam conexões entre a educação musical e o campo do currículo (ARÓSTEGUI, 2011. SOBREIRA, 2014), naquelas que expõem os processos educativos decorrentes da convivência em grupo e da experiência da diversidade (TARGAS; JOLY, 2009) e, ainda, em discussões sobre a gestão da sala de aula na educação musical escolar brasileira (SILVA, 2013). Preocupações de ordem didática ficam explícitas no estudo sobre a inserção da música no projeto político pedagógico das escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre (WOLFFENBÜTTEL, 2010).

Existem artigos que tratam de temas particulares, porém não menos significativos, como é o caso de Silva (2012), que discute os critérios de legitimidade e consumos musicais entre estudantes do ensino médio, e de Quadros Júnior e Lorenzo (2013), que pormenorizam preferências musicais de estudantes do mesmo nível de ensino. Storolli (2011) considera a importância de trabalhar o movimento e o ensino corporal e de gerar processos criativos através da atuação do corpo nas práticas de ensino em música.

Verificaram-se esforços para compreender as concepções dos múltiplos sujeitos que se relacionam na implementação dos processos de ensino e aprendizagem da música nas escolas básicas. Sebben e Subtil (2010) centralizam os adolescentes da oitava série do ensino fundamental, Beineke (2011), um grupo de crianças da segunda série, e Santos (2012), as expectativas de alunos do ensino médio. Del-Ben (2012) analisa as representações sociais sobre o ensino de música na educação básica de licenciados em Música, e Kebach, Duarte e Leonini (2010), as concepções dos professores unidocentes.

Luedy (2009) torna a centralizar o conhecimento em música, mas agora discutindo os critérios institucionais de sua legitimação. Em artigo anterior, o autor já havia lançado as bases que poderiam potencializar o debate sobre os conteúdos e as dinâmicas do conhecimento musical, pela via da elaboração crítica das contribuições de outros campos do saber (LUEDY, 1997). Em 2009, a expressão "pressupostos epistemológicos" aparece no resumo do artigo, que se volta para os aspectos culturais e pedagógicos implicados quando há o emprego da expressão "analfabetos musicais". O autor se vale de um documento elaborado por professores de uma universidade brasileira acerca da imprescindibilidade do domínio da notação musical para ingresso em cursos superiores de música, bem como de depoimentos de professores de música de outra instituição superior, responsáveis pela reprovação de um músico popular de reconhecido talento, porém considerado "analfabeto musical".

O autor estrutura sua discussão na problematização das questões: afinal, o que é saber música? O que conta como conhecimento legítimo em música? Com base em uma orientação foucaultiana, faz a crítica a propostas e discursos que desconsideram a multiplicidade de formas de saber música, diferentes da leitura e da escrita segundo o padrão da notação musical de tradição erudita e europeia. Embora não direcione seus apontamentos para a educação básica, eles podem contribuir para análises epistemológicas sobre os saberes musicais escolares.

Dando prosseguimento às iniciativas levadas a cabo entre 2000 e 2008 de pensar a produção científica em educação musical no Brasil, Del-Ben (2010) defende a importância do aprofundamento teórico e do retorno reflexivo das pesquisas da área sobre si mesmas. Em artigo posterior, a autora elucida as condições de produção e disseminação do conhecimento em educação musical, tendo por substrato as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil (DEL-BEN, 2014). Pires e Dalben (2013a) se voltam à pesquisa do tipo estado da arte sobre o

tema "educação musical nas escolas de educação básica" na produção da *Revista da ABEM* no período de 1992 a 2011.

A expressão "epistemologia da educação musical" é uma das três palavras-chave ao lado de "produção científica em educação musical" e "estratégias de análise da produção científica" no artigo de Del-Ben (2010). É a segunda vez que epistemologia, escrita textualmente e sem variações léxicas, aparece em elementos pré-textuais. A primeira ocorreu no texto de Souza, voltado para pensar a educação musical como ciência (SOUZA, 2007a). As duas ocorrências parecem vincular enfoques epistemológicos à atividade científica.

Essa correspondência é, simultaneamente, crível e parcial. Crível, porque a epistemologia pode ter como um de seus objetivos o estudo metódico e reflexivo do conhecimento científico, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. Parcial, pois a epistemologia não se circunscreve a isso, abrangendo o estudo sistemático de saberes – mais ou menos organizados, mais ou menos institucionalizados – científicos ou não.

O termo saber designa uma série de campos disciplinares em vias de constituição, ou, ainda, prismas do exercício prático-reflexivo humano cujos fundamentos não se orientam, exclusiva ou prioritariamente, pelos postulados científicos. Esse parece ser o caso dos saberes musicais, que se nutrem das contribuições das ciências, da filosofia e das artes para a construção de modos de operar não dissociadores do sensível e do inteligível, do moral e do emocional, da observação metódica e da contemplação ativa, da mente e do corpo.

Dando seguimento à análise, nota-se uma continuidade no tratamento que é dado aos aspectos epistemológicos da educação musical escolar entre os artigos publicados nas revistas da ABEM de 2000 a 2008 e aqueles de 2009 a 2014. Os assuntos e as abordagens permanecem pulverizados, e certos focos temáticos persistem, como é o caso da abordagem curricular, da abordagem psicológica, da abordagem histórica ou da abordagem pedagógica da educação musical escolar. Também persistem tentativas em apreender as concepções sobre educação musical dos sujeitos que praticam música na escola.

O artigo que se aventura mais claramente em searas epistemológico-musicais é o de Luedy (2009), que centraliza os critérios institucionais de legitimação do conhecimento em música, a partir das noções de professores de cursos de graduação. Apesar de importante para a discussão, esse artigo está mais próximo do contexto da formação de professores do que da educação básica. Isso pode ser apreendido como uma amostra de algo mais generalizado no período: a persistência em focalizar a temática de formação de professores. Ainda assim, há esforços para se pensar a educação musical no contexto das escolas de educação básica e seguem iniciativas cada vez mais empenhadas em debater aspectos do processo de elaboração, apontando possibilidades para a operacionalização da Lei nº 11.769/2008 nos diversos ambientes escolares brasileiros.

Mesmo com tantas continuidades em relação aos artigos publicados entre 2000 e 2008, temos algumas intermitências. O periódico foi, paulatinamente, orientando-se para abordagens teórico-científicas dos problemas da educação musical, propiciadas pela edição da revista MEB, a partir de 2009, que passou a abarcar trabalhos de caráter mais procedimental. Todavia, e paradoxalmente, tal fato não foi acompanhado pela hipótese aventada anteriormente de que

estaria acontecendo um incremento de categorias conceituais que fundamentariam modos intencionalmente estruturados de pensar os fundamentos da educação musical escolar.

O saber musical escolar permanece periférico na discussão e não é enfrentado declarada e diretamente, nem em moldes diretivos, pela recomendação de um rol de conteúdos que deveriam ser trabalhados pelos professores nas escolas, nem em debates críticos, voltados à problematização dos princípios desses saberes, estabelecendo relações entre suas especificidades e outros campos do saber. As análises permanecem gravitando o campo de tensão da epistemologia da educação musical escolar, sem se aproximar do essencial: interpretar o movimento do saber musical escolar, algo basilar para estruturar a música nas práticas pedagógicas das escolas básicas brasileiras, desde a aprovação da Lei nº 11.769/2008.

Os últimos números da *OPUS – Revista da ANPPOM*, publicados de 2009 a 2014, contêm cinco artigos com potencial analítico para se pensar a epistemologia da educação musical escolar. Isso quer dizer que o panorama das revistas *OPUS* nesse período eventualmente pode vir a melhorar em relação ao cenário da publicação entre 2000 e 2008[15].

Partindo do pressuposto da existência de ideias equivocadas sobre conteúdos, formas e funções da educação musical na escola, Couto e Santos (2009) fazem uma revisão bibliográfica sobre os motivos que tornam válida a aula de música no contexto escolar. Segundo as autoras, "[...] a falta de compreensão sobre *o que* é educação musical, *o quê* ela aborda e *como* o faz, é uma das principais causas da dificuldade que se tem em justificar sua presença na educação formal básica do indivíduo" (COUTO; SANTOS, 2009: 111) [grifos das autoras]. Na sequência, discutem o papel da educação musical na educação formal do indivíduo e refletem sobre seus valores estéticos, sociais, psicológicos e tradicionais. Concluem que:

> O sucesso de uma boa educação musical no contexto da educação formal exige a compreensão sobre suas etapas, valores e funções, que devem ser os principais guias para o trabalho do educador musical. Saber aonde se quer e se pode chegar através da educação musical, bem como utilizar de maneira consciente os meios que se podem adotar para se alcançar determinados objetivos são coisas que precisam estar claras a todos os educadores musicais (COUTO; SANTOS, 2009: 122).

A despeito desse chamamento contundente, as autoras mencionam de forma pontual a escola regular, além de tecerem comentários ligeiros sobre os valores da educação musical. Talvez essa última constatação possa ser explicada pelo próprio caráter do artigo: uma revisão bibliográfica com reduzidos apontamentos propriamente autorais.

Em 2010, um artigo de Fucci-Amato (2010) tece reflexões sobre as possibilidades de exploração das inter-relações entre saberes e práticas musicais e de outras áreas. A palavra "epistemologia" aparece no resumo, e "conhecimento musical", nas palavras-chave. A autora passa a maior parte do tempo discutindo os conceitos de "interdisciplinaridade",

[15] Tem-se um incremento na média de artigos: 5 em um período de 9 anos para o mesmo número de 5 artigos, só que em um recorte de tempo menor, de 6 anos. Contudo, não há como garantir que essa quantidade vá se manter ou melhorar nos anos subsequentes.

"multidisciplinaridade", "transdisciplinaridade", "pluridisciplinaridade" e "multirreferencialidade", por intermédio da realização de um apanhado histórico. Ao tratar especificamente da noção de interdisciplinaridade nos campos da música e da educação musical, faz colocações endossadas por exemplos vivenciados e/ou pesquisados por ela mesma.

Também em 2010, Queiroz (2010) analisa e discute caminhos, fronteiras e diálogos que caracterizam a inter-relação entre as áreas de educação musical e etnomusicologia. O autor propõe uma aproximação entre as duas áreas, valendo-se de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com duas manifestações musicais em diferentes contextos pessoenses, nenhuma delas no ambiente da educação básica. Suas reflexões se pautam em categorias consistentes e levam a crer que os diálogos metodológicos e conceituais beneficiam significativamente ambas as áreas. Conclui que, para a educação musical, "[...] o que podemos dizer é que educação musical não é; mas sim, que educação musical são! No sentido de que a singularidade da área é caracterizada pela pluralidade que constitui o seu campo de abrangência." (QUEIROZ, 2010: 117).

Em 2013, Cunha e Campos (2013) propõem uma aproximação das linhas da psicologia da educação e da psicologia da música, tendo como referencial a teoria interacionista de Jean Piaget. O texto evidencia a importância dos fatores afetivos ou emocionais, advindos das relações com familiares e com a comunidade escolar, como os principais ingredientes reguladores da motivação para o aprendizado musical, sem focalizar os processos pedagógico-musicais em escolas de educação básica.

Ainda em 2013, Pires e Dalben (2013b) realizam uma pesquisa do tipo estado da arte sobre o tema "educação musical nas escolas de educação básica", tendo por base a produção acadêmica dos cursos brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* em diferentes áreas de conhecimento entre os anos de 1972 e 2011. Os resultados apontam que o tema tem sido pesquisado com maior incidência nos cursos de pós-graduação em educação e, em seguida, nos cursos de pós-graduação da área de música, aparecendo de maneira incipiente em outras áreas do conhecimento científico.

Mesmo com um ligeiro crescimento de artigos sobre educação musical – especialmente sobre o ensino de instrumento e de canto em escolas especializadas ou em cursos de formação de professores –, as revistas *OPUS*, publicadas entre 2008 e 2014, seguem deixando de lado discussões acerca da educação básica e oferecendo esparsas pistas para uma reflexão epistemológica sobre os saberes da educação musical escolar, alheando-se do processo responsável pela aprovação da Lei nº 11.769/2008. A fala da presidente da ANPPOM reitera essa constatação e acrescenta:

> Acho que, assim, o espaço pra discutir isso, a educação musical escolar ou mesmo que fosse em outros espaços, o espaço privilegiado é a *Revista da ABEM*, porque é específica da educação musical. A ANPPOM é toda diluída, e talvez o pessoal não mande tanto [artigos para serem publicados] (DEL-BEN, 2015).

A trajetória da *Revista da ABEM* sugere uma proliferação de temáticas e perspectivas em educação musical, bem como esforços graduais em promover debates e encaminhamentos sobre a educação básica, especialmente em momentos próximos à homologação e após a aprovação da

Lei nº 11.769/2008. No entanto, as discussões sobre epistemologia da educação musical escolar parecem difusas e incipientes. Por sua vez, o percurso da *OPUS – Revista da ANPPOM* evidencia uma abordagem reduzida da educação musical, mais especialmente no universo da educação básica, sendo em seus volumes inaudíveis as vozes que ponderam sobre os saberes musicais escolares.

Considerações finais

A análise crítica dos movimentos e dos conteúdos temáticos das produções das revistas da ABEM e das revistas da ANPPOM, desde seus primórdios até a atualidade, conduz à compreensão de que a epistemologia da educação musical escolar segue indefinida, sendo pouco enfrentada de modo frontal e expressivo. O que há são abordagens tangenciais que formam um campo conceitual ainda nebuloso.

Dito de outro modo: a análise de conteúdo com base em pesquisa bibliográfica com 102 artigos dos 33 (números da *Revista da ABEM,* publicados entre 1992 e 2014, e com 17 dos 28 exemplares da *OPUS – Revista da ANPPOM,* de 1992 a 2014, acrescida de entrevistas com os respectivos presidentes das associações, revelou que o campo da educação musical ainda não se aventurou a debater explicitamente suas categorias basilares. Embora essa premissa esteja carregada de pretensões conclusivas, faz-se acompanhar por inúmeras lacunas, na medida em que é fruto de um recorte específico das muitas histórias da epistemologia da educação musical escolar no Brasil.

Por isso, mais que elaborar um apanhado geral com apontamentos que, ao fim e ao cabo, sintetizem as principais ideias debatidas, a derradeira parte deste artigo deseja realizar um breve esforço de composição que revele pontos de embaraço. Neste sentido, cumpre questionar: quais razões explicariam a incipiente presença da temática da epistemologia da educação musical escolar na *Revista da ABEM* e na *OPUS – Revista da ANPPOM*? Essa incipiência diz respeito ao fato de os educadores musicais não estarem efetivamente trabalhando em termos teóricos com a temática? É possível que os autores estejam veiculando suas produções em outras publicações? A temática está presente em teses e dissertações oriundas de programas de Pós-Graduação em Música, em Educação e em áreas afins? Há semelhanças e diferenças com os achados nos periódicos aqui investigados? Em que, afinal, consiste(m) a(s) epistemologia(s) da educação musical escolar?

Embora alguns desses problemas sejam discutidos pela tese da qual este artigo constitui um fragmento (AQUINO, 2016), seria interessante que o debate fosse ampliado por novas pesquisas – teóricas e empíricas – voltadas a compreender a complexidade e a multidimensionalidade da epistemologia da educação musical escolar. E, ainda, que tais pesquisas chegassem ao alcance de publicações com grande impacto no campo da educação musical, a exemplo da *Revista da ABEM* e da *OPUS – Revista da ANPPOM*.

Com o relato histórico ora realizado, espera-se que a elaboração crítica dos saberes musicais escolares comece pela consciência de seu "desmoronamento". Na tentativa de desvelar a dialética negativa adorniana, Türcke (2004) a caracteriza como a lógica do desmoronamento, que não significa o desmoronamento da lógica, sendo, pelo contrário, sua autorreflexão. Esse jogo semântico utilizado pelo filósofo alemão inspira a seguinte suposição: tomar conhecimento de que a epistemologia da educação musical escolar esteja enfraquecida nas publicações ora analisadas

pode levar à ampliação da compreensão dos saberes musicais escolares, por meio da consciência do seu estado combalido.

Assim, colocar em xeque um sistema de publicações que supostamente revelaria os modos de pensar os saberes musicais escolares pode abrir caminhos para um movimento de aprofundamento do próprio campo pela autorreflexão viva entre o que lhe parece fundamental e as lógicas imanentes de outros saberes humanos. Esse movimento tem potencial para inspirar a educação musical a pensar mais sobre si mesma, desvendando vestígios que podem alavancar o delineamento de pressupostos epistemológicos cada vez mais significativos.

Referências

ABRAHAMS, Frank. Aplicação da Pedagogia Crítica ao ensino e aprendizagem de música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, n. 12, p. 65-72, mar. 2005.

ÁLVARES, Sergio Luis de Almeida. A educação musical curricular nas escolas regulares do Brasil: a dicotomia entre o direito e o fato. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, n. 12, p. 57-64, mar. 2005.

ANDRAUS, Gisele Crosara. Um olhar sobre o ensino de música em Uberlândia (MG). *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 16, n. 19, p. 65-73, mar. 2008.

AQUINO, Thaís Lobosque. *A música na formação inicial do pedagogo:* embates e contradições em cursos regulares de Pedagogia da região Centro-Oeste. 2007. 112 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia/GO, 2007.

_____. *Epistemologia da educação musical escolar*: um estudo sobre os saberes musicais nas escolas de educação básica brasileiras. 2016. Tese (Doutorado em Educação). FE/UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2016.

ARÓSTEGUI, José Luis. Por un currículo contrahegemónico: de la educación musical a la música educativa. *Revista da ABEM*, Londrina, v.19, n. 25, p. 19-29, jan./jun. 2011.

ARROYO, Margarete. Um olhar antropológico sobre práticas de ensino e aprendizagem musical. *Revista da ABEM, Porto* Alegre, v. 8, n. 5, p. 13-20, set. 2000.

_____. Música na educação básica: situações e reações nesta fase pós-LDBEN/96. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 12, n. 10, p. 29-34, mar. 2004.

_____. Música na Floresta do Lobo. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, n. 13, p. 17-28, set. 2005.

BARBOSA, Joel Luis. Considerando a viabilidade de inserir música instrumental no ensino de primeiro grau. *Revista da ABEM,* Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 39-49, jun. 1996.

BARBOSA, Karla Jaber; FRANÇA, Maria Cecília Cavalieri. Estudo comparativo entre a apreciação musical direcionada e não direcionada de crianças de sete a dez anos em escola regular. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 17, n. 22, p. 7-18, set. 2009.

BEINEKE, Viviane. Aprendizagem criativa na escola: um olhar para a perspectiva das crianças sobre suas práticas musicais. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 19, n. 26, p. 92-104, jul./dez. 2011.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. *O canto coral como mediação ao desenvolvimento sócio-cognitivo da criança em idade escolar*. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Maria, Santa Maria/RS, 1994.

_____. Da produção de pesquisa em educação musical e sua apropriação. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Campinas, v. 9, p. 35-48, dez. 2003.

BENEDETTI, Kátia Simone; KERR, Dorotéa Machado. O papel do conhecimento musical cotidiano na educação musical formal a partir de uma abordagem sócio-histórica. *Revista da ABEM,* Porto Alegre, v. 16, n. 20, p. 35-44, set. 2008.

BENEDICT, Cathy; SCHMIDT, Patrick. Pedagogias críticas e práticas músico-educativas: compartilhando histórias práticas, políticas e conceituais. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 16, n. 20, p. 7-17, set. 2008.

BEYER, Esther. Os múltiplos desenvolvimentos cognitivo-musicais e sua influência sobre a educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 53-67, jun. 1995.

_____. Os múltiplos caminhos da cognição musical: algumas reflexões sobre seu desenvolvimento na primeira infância. *Revista da ABEM, Porto* Alegre, v. 3, n. 3, p. 9-16, jun. 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Brasília, 2008.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016.* Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília, 2016a.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. 2ª versão revista. 2016b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

BRITO, Teca Alencar de. Por uma educação musical do pensamento: educação musical menor. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 17, n. 21, p. 25-34, mar. 2009.

CAMPOS, Gilka Martins de Castro. A formação de professores de música na produção da Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM (1991 a 2003). In: ENCONTRO ANUAL DA ABEM, 25., 2006, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa, 2006. p. 76-81.

CAMPOS, Nilceia Protásio. Luz, câmera, ação e… música!: os efeitos do espetáculo nas práticas musicais escolares. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, n. 13, p. 75-82, set. 2005.

CAUDURO, Vera Regina Pilla. O processo de assimilação e de estruturação musical na infância. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Porto Alegre, v. 3, p. 49-57, set. 1991.

CORAZZA, Sandra Mara. Nos tempos da educação: cenas de uma vida de professora. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, n. 12, p. 7-10, mar. 2005.

COUTO, Ana Carolina Nunes do; SANTOS, Israel Rodrigues Souza. Por que vamos ensinar música na escola? Reflexões sobre conceitos, funções e valores da educação musical escolar. *OPUS*

– Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Goiânia, v. 15, n. 1, p. 110-125, jun. 2009.

CUNHA, Marcelo de Magalhães; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Motivação para o estudo de música com base em pressupostos interacionistas piagetianos. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 187-214, jun. 2013.

DEL-BEN, Luciana. Práticas pedagógico-musicais escolares: concepções e ações de três professoras de música do ensino fundamental. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Porto Alegre, v. 8, p. 17-28, fev. 2002.

_____. Produção científica em educação musical e seus impactos nas políticas e práticas educacionais. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 16, p. 57-64, mar. 2007.

_____. (Para) pensar a pesquisa em educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 18, n. 24, p. 25-33, set. 2010.

_____. Sobre ensinar música na educação básica: ideias de licenciandos em música. *Revista da ABEM,* Londrina, v. 20, n. 29, p. 51-61, jul./dez. 2012.

_____. Modos de pensar a educação musical escolar: uma análise de artigos da Revista da ABEM. *InterMeio*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v. 19, n. 37, p. 125-148, jan./jun. 2013.

_____. Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil: perspectivas para a produção de conhecimento em educação musical. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 22, n. 32, p. 130-142, jan./jun. 2014.

_____.Entrevista concedida a Thais Lobosque Aquino em 20 jul. 2015. Rio de Janeiro, 2015. Arquivo de áudio.

DEL-BEN, Luciana; HENTSCHKE, Liane. Educação musical escolar: uma investigação a partir das concepções e ações de três professoras de música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 10, n. 7, p. 49-57, set. 2002.

DUARTE, Mônica de Almeida; MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Sobre os processos de negociação dos sentidos da música na escola. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 10, n. 7, p. 31-40, set. 2002.

_____. Professores de música falando sobre… música: a análise retórica dos discursos. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 14, n. 15, p. 59-66, set. 2006.

ESPERIDIÃO, Neide; MRECH, Leny Magalhães. Educação musical e diversidade cultural: uma incursão pelo viés da psicanálise. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 17, n. 21, p. 84-92, mar. 2009.

ESTRADA, Luis Alfonso. Una concepción de la educación musical basada en la experiência didáctica, la práctica musical y la investigación de música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 18, p. 45-51, out. 2007.

FERNANDES, José Nunes. Normatização, estrutura e organização do ensino da música nas escolas de educação básica do Brasil: LDBEN/96, PCN e currículos oficiais em questão. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 12, n. 10, p. 75-87, mar. 2004.

FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. Diálogo interáreas: o papel da educação musical na atualidade. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 18, p. 27-33, out. 2007.

FRANÇA, Cecília Cavalieri. Engajando-se na conversação: considerações sobre a técnica e a compreensão musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 9, n. 6, p. 35-40, set. 2001.

_____. Do discurso utópico ao deliberativo: fundamentos, currículo e formação docente para o ensino de música na escola regular. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 14, n. 15, p. 67-79, set. 2006.

_____. Por dentro da matriz. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 16, p. 83-94, mar. 2007.

_____. Dizer o "dizível": avaliação sistêmica em música na escola regular. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 18, n. 24, p. 94-106, set. 2010.

FREIRE, Vanda L. Bellard. Currículos, apreciação musical e culturas brasileiras. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 9, n. 6, p. 69-72, set. 2001.

FREIRE, Vanda Belard (Org). *Horizontes da Pesquisa em Música.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

FUCCI-AMATO, Rita. Breve retrospectiva histórica e desafios do ensino de música na educação básica brasileira. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Campinas, v. 12, p. 144-165, dez. 2006.

_____. Interdisciplinaridade, música e educação musical. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Goiânia, v. 16, n. 1, p. 30-47, jun. 2010.

_____. *Escola e educação musical*: (des)caminhos históricos e horizontes. Campinas: Papirus, 2012.

FUKS, Rosa. Estará morta a Escola Normal pública? *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 41-47, mai. 1992.

_____. Teoria e prática: aparente dicotomia no discurso na educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 27-34, jun. 1995.

GAINZA, Violeta Hemsy de. Educación musical siglo XXI: problemáticas contemporáneas. *Revista da ABEM*, Londrina, v.19, n. 25, p. 11-18, jan./jun. 2011.

GREEN, Lucy. Pesquisa em sociologia da educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 25-35, set. 1997.

HUMMES, Júlia Maria. Por que é importante o ensino de música? Considerações sobre as funções da música na sociedade e na escola. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 12, n. 11, p. 17-25, set. 2004.

ILARI, Beatriz Senoi. Bebês também entendem de música: a percepção e a cognição musical no primeiro ano de vida. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 10, n. 7, p. 83-90, set. 2002.

_____. A música e o cérebro: algumas implicações do neurodesenvolvimento para a educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 11, n. 9, p. 7-16, set. 2003.

JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A, 1975.

KEBACH, Patrícia Fernanda Carmem. Desenvolvimento musical: questão de herança genética ou de construção? *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 17, p. 39-48, set. 2007.

KEBACH, Patrícia; DUARTE, Rosangela; LEONINI, Márcio. Ampliação das concepções musicais nas recriações em grupo. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 18, n. 24, p. 64-72, set. 2010.

KLEBER, Magali. Qual currículo? Pensando espaços e possibilidades. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 11, n. 8, p. 57-62, mar. 2003.

_____. Educação musical: novas ou outras abordagens – novos ou outros protagonistas. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 14, n. 14, p. 91-98, mar. 2006.

KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. Trad. Jusamara Souza. *Em Pauta*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 11, n. 16/17, p. 51-73, abr./nov. 2000.

LAZZARIN, Luís Fernando. A dimensão multicultural da nova filosofia da educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 14, n. 14, p. 125-131, mar. 2006.

_____. Multiculturalismo e multiculturalidade: recorrências discursivas na educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 16, n. 19, p. 121-128, mar. 2008.

LIMA, Sonia R. Albano de. As rupturas ideológicas do processo cultural brasileiro e seus reflexos na educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 10, n. 7, p. 21-29, set. 2002.

LIMA, Sônia R. Albano de; RÜGER, Alexandre Cintra Leite. O trabalho corporal nos processos de sensibilização musical. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Goiânia, v. 13, n. 1, p. 97-118, jun. 2007.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. *O ensino de Música na escola fundamental*. Campinas: Papirus, 2003.

_____. A educação musical como prática educativa no cotidiano escolar. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 12, n. 10, p. 65-74, mar. 2004.

LUEDY, Eduardo. A dinâmica do conhecimento e o conhecimento em música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 53-59, set. 1997.

_____. Batalhas culturais: educação musical, conhecimento curricular e cultura popular na perspectiva das teorias críticas em educação. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 14, n. 15, p. 101-107, set. 2006.

_____. Analfabetos musicais, processos seletivos e a legitimação do conhecimento em música: pressupostos e implicações pedagógicas em duas instâncias discursivas da área de música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 17, n. 22, p. 49-55, set. 2009.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, USC, Bauru. *Anais* ... Bauru: USC, 2004. p. 1-10. CD-ROM.

MÁRSICO, Leda Osório. Educação Musical: o experienciar antes do compreender. A criatividade e o exercício da imaginação. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Campinas, v. 1, p. 52-59, dez. 1989.

MARTINEZ, Andréia Pereira de Araújo; PEDERIVA, Patrícia Lima Martins. Um breve olhar para o passado: contribuições para pensar o futuro da educação musical. *Revista da ABEM*, Londrina, v.21, n.31, p. 11-22, jul./dez. 2013.

MARTINS, Raimundo. Música: aprendizagem ou condicionamento? Algumas evidências e suas implicações. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Campinas, v. 1, p. 60-65, dez. 1989.

_____. Estilo versus clichê: o paradigma da informação na construção do significado musical. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Porto Alegre, v. 2, p. 83-89, jun. 1990.

_____. O conceitual e o aural na construção e na transmissão do significado em música. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Porto Alegre, v. 3, p. 19-24, set. 1991.

_____. Educação musical: uma síntese histórica como preâmbulo para uma ideia de educação musical no Brasil do século XX. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 6-11, mai. 1992.

_____. A função da análise no processo de aprendizagem em música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 96-103, jun. 1995.

MILLS, Janet. Conceptions, functions and actions: teaching music musically. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 18, p. 7-14, out. 2007.

NAVEDA, Luiz Alberto Bavaresco de. Inovação, anjos e tecnologias nos projetos e práticas da educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 14, n. 14, p. 65-74, mar. 2006.

NOGUEIRA, Ilza. O modelo da educação musical no Brasil: um drama em três atos incongruentes. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 9-23, set. 1997.

NOGUEIRA, Monique Andries. *A formação do ouvinte crítico*: um direito do cidadão; propostas para a Educação Musical no Ensino Fundamental. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 1994.

OLIVEIRA, Alda. Educação musical: uma perspectiva estruturalista. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Porto Alegre, v. 3, p. 36-48, set. 1991.

OLIVEIRA, Fernanda de Assis. Materiais didáticos nas aulas de música do ensino fundamental: um mapeamento das concepções dos professores de música da rede municipal de ensino de Porto Alegre. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 17, p. 77-85, set. 2007.

OPUS-REVISTA DA ANPPOM. Sobre a revista. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus>. Acesso em: 6 jul. 2016

PELLANDA, Nize Maria Campos. A música como reencantamento: um novo papel para a educação. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 12, n. 10, p. 13-18, mar. 2004.

PENNA, Maura. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 10, n. 7, p. 7-19, set. 2002.

_____ Apre(e)ndendo músicas: na vida e nas escolas. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 11, n. 9, p. 71-79, set. 2003.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: I – analisando a legislação e termos normativos. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 12, n. 10, p. 19-28, mar. 2004a.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: II – da legislação à prática escolar. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 12, n. 11, p. 7-16, set. 2004b.

_____. Poéticas musicais e práticas sociais: reflexões sobre a educação musical diante da diversidade. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, n. 13, p. 7-16, set. 2005.

_____. Desafios para a educação musical: ultrapassar oposições e promover o diálogo. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 14, n. 14, p. 35-43, mar. 2006.

_____. Caminhos para a conquista de espaços para a música na escola: uma discussão em aberto. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 16, n. 19, p. 57-64, mar. 2008.

PIRES, Nair; DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Música nas escolas de educação básica: o estado da arte na produção da Revista da ABEM (1992-2011). *Revista da ABEM,* Londrina, v.21, n.30, p. 103-118, jan./jun. 2013a.

_____. Música nas escolas de educação básica: a produção acadêmica dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (1972-2011). *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 173-210, dez. 2013b.

PIZZATO, Miriam Suzana; HENTSCHKE, Liane. Motivação para aprender música na escola. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 18, n. 23, p. 40-47, mar. 2010.

QUADROS JÚNIOR, João Fortunato Soares de; LORENZO, Oswaldo. Preferência musical e classe social: um estudo com estudantes de ensino médio de Vitória, Espírito Santo. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 21, n. 31, p. 35-50, jul./dez. 2013.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação musical e cultura: singularidade e pluralidade cultural no ensino e aprendizagem da música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 12, n. 10, p. 99-107, mar. 2004.

_____. Educação musical e etnomusicologia: caminhos, fronteiras e diálogos. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Goiânia, v. 16, n. 2, p. 113-130, dez. 2010.

_____. Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 20, n. 29, p. 23-38, jul./dez. 2012.

_____.Entrevista concedida a Thais Lobosque Aquino em 10 nov. 2014. Rio de Janeiro, 2014. Arquivo de áudio.

RAMALHO, Elba Braga. Um currículo abrangente, sim. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 11, n. 8, p. 47-51, mar. 2003.

RIBEIRO, Sônia Tereza da Silva. Uma perspectiva crítica e cultural para abordar o conhecimento curricular em música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 8, n. 5, p. 59-66, set. 2000.

_____. Considerações sobre diretrizes, currículos e a construção do projeto pedagógico para a área de música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 11, n. 8, p. 39-45, mar. 2003.

ROSA, Elisa Z.; ANDRIANI, Ana G. P. Psicologia sócio-histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica. In: KAHHALE, Edna E. P. (Org.). *A diversidade da psicologia*: uma construção teórica. São Paulo: Cortez, 2002. p. 259-288.

RUSSELL, Joan. Estrutura, conteúdo e andamento em uma aula de música na 1ª série do ensino fundamental: um estudo de caso sobre gestão de sala de aula. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, n. 12, p. 73-88, mar. 2005.

SANTIAGO, Diana; NASCIMENTO, Ilma. Ensinar "disposições"; o caminho do meio na educação musical pré-escolar. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 17-37, jun. 1996.

SANTOS, Cristina Bertoni dos. Aula de música e escola: concepções e expectativas de alunos do ensino médio sobre a aula de música da escola. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 20, n. 27, p. 79-92, jan./jul. 2012.

SANTOS, Marco Antonio Carvalho. Educação musical na escola e nos projetos comunitários e sociais. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, n. 12, p. 31-34, mar. 2005.

SANTOS, Regina Marcia Simão. A produção de conhecimento em Educação Musical no Brasil: balanço e perspectivas. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Campinas, v. 9, p. 49-72, dez. 2003.

SCHMIDT, Patrick. Policy, Politics and North-South Relation: Strategic Architectures in Music Education. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 19, n. 26, p. 23-36, jul./dez. 2011.

SCHROEDER, Silvia Cordeiro Nassif. A educação musical na perspectiva da linguagem: revendo concepções e procedimentos. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 17, n. 21, p. 44-52, mar. 2009.

SCHROEDER, Silvia Cordeiro Nassif; SCHROEDER, Jorge Luiz. As crianças pequenas e seus processos de apropriação da música. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 19, n. 26, p. 105-118, jul./dez. 2011.

SEBBEN, Egon Eduardo; SUBTIL, Maria José. Concepções de adolescentes de 8ª série sobre música: possíveis implicações para a implementação das práticas musicais na escola. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 18, n. 23, p. 48-57, mar. 2010.

SILVA, Rafael Rodrigues da. O que faz uma música "boa" ou "ruim": critérios de legitimidade e consumos musicais entre estudantes do ensino médio. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 20, n. 27, p. 93-104, jan./jul. 2012.

_____. Gestão de sala de aula na educação musical escolar. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 21, n. 31, p. 63-76, jul./dez. 2013.

SOBREIRA, Silvia Garcia. Reflexões sobre a obrigatoriedade da música nas escolas públicas. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 16, n. 20, p. 45-52, set. 2008.

_____. Conexões entre Educação Musical e o campo do currículo. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 22, n. 33, p. 95-108, jul./dez. 2014.

SOUZA, Jusamara V. Modelos de iniciação musical na Alemanha. *OPUS* – Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Porto Alegre, v. 3, p. 58-63, set. 1991.

_____. Funções e objetivos da aula de música: vistos e revistos através da literatura dos anos trinta. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 12-21, mai. 1992.

_____. Educação musical e práticas sociais. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 12, n. 10, p. 7-11, mar. 2004.

_____. Pensar a educação musical como ciência: a participação da ABEM na construção da área. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 16, p. 25-30, mar. 2007a.

_____. Cultura e diversidade na América Latina: o lugar da educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 18, p. 15-20, out. 2007b.

_____. Sobre as várias histórias da educação musical no Brasil. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 22, n. 33, p. 109-120, jul./dez. 2014.

SOUZA, Cássia Virgínia Coelho de. Conhecimento pedagógico-musical, tecnologias e novas abordagens na educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 14, n. 14, p. 99-107, mar. 2006.

STOROLLI, Wânia Mara Agostini. O corpo em ação: a experiência incorporada na prática musical. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 19, n. 25, p. 131-140, jan./jun. 2011.

TARGAS, Keila de Mello; JOLY, Ilza Zenker Leme. Canções, diálogos e educação: uma experiência em busca de uma prática escolar humanizadora. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 17, n. 21, p. 113-123, mar. 2009.

TÜRCKE. Cristoph. Pronto-socorro para Adorno: fragmentos de uma dialética negativa. In: ZUIN, Antônio A. S.; PUCCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton (Org.). *Ensaios frankfurtianos.* São Paulo: Cortez, 2004. p. 41-59.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WILLE, Regiana Blank. Educação musical formal, não formal ou informal: um estudo sobre processos de ensino e aprendizagem musical de adolescentes. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, n. 13, p. 39-48, set. 2005.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A inserção da música no projeto político pedagógico: o caso da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 18, n. 24, p. 73-80, set. 2010.

Thaís Lobosque Aquino é professora adjunta na Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás (EMAC/UFG). Tem Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Mestrado em Música e em Educação, ambos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É especialista em Formação de Professores pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e possui Graduações em Educação Musical – Licenciatura em piano (UFG) e em Pedagogia (PUC-GO). Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação e Música focalizando os seguintes temas: Educação Musical, Formação de Professores, Teoria Crítica e Educação, e Epistemologia da Educação Musical Escolar. Foi Representante Estadual (Goiás) da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) entre 2013 e 2015. Atualmente, é Coordenadora Regional (Centro-Oeste) do Fórum Latino Americano de Educação Musical (FLADEM). tlobosque@hotmail.com